SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

CONTRATO Nº 42/2019

TERMO DE CONTRATO, CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH E A EMPRESA HOSP LAVER LAVANDERIA E SERVIÇOS LTDA ME.

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0017-00, com sede no na Rua Tabelião Stanislau Eloy, s/n, Castelo Branco - João Pessoa – PB – CEP nº 58.050-585, neste ato representada pelo sua Superintendente a **Dra. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA**, brasileira, portadora do RG nº 874.438 - SSP/PB e CPF nº 518.501.334-68, nomeado por nomeada através da Portaria SEI nº 33, de 26 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de outubro de 2017, Seção 2, página 207 e por seu Gerente **Dr. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA**, brasileiro, portador do RG nº 440.026 SSP/PB e CPF nº 147.908.154-04, nomeado através da Portaria nº 20, de 23 de janeiro de 2014, publicada no Boletim de Serviços/Ebserh nº 25/2014, ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 58, inciso IV, do Estatuto Social / artigo 11 da Portaria nº 125, de 11 de dezembro de 2012.

CONTRATADA: HOSP LAVER LAVANDERIA E SERVIÇOS LTDA ME, com sede na AV. Centenário Santos Dumont S/Nº Jordão – Recife – PE CEP 51250-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.515.391/0001-02, representada neste ato por **SR. GILBERTO BEZERRA DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 1569999 SDES/PE e CPF nº 153.047.284-91.

Conforme Processo Administrativo nº 23539.000934/2018-14, e de acordo com o **Pregão Eletrônico n.º 16/2019,** Proposta Comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a **CONTRATANTE** e **a CONTRATADA** celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 71/2018, de 28 de junho de 2018, dos normativos internos da Ebserh, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017e mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

Errata: Onde se lê CNPJ: 02.515.391/0001-02, leia-se CNPJ: 02.515.391/0003-74

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇO DE SAÚDE, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA COM LOCAÇÃODE ENXOVAL, coleta da roupa suja e distribuição de roupas limpas em todos os setores do HULW, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reúso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, para atender as necessidades do Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW/EBSERH, que serão prestados nas condições estabelecidas *no Termo de Referência, anexo do Edital*.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 16/2019, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Peso Estimado Mensal/Kg	Peso Estimado Anual/Kg	Valor/Kg	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado Anual
1	Contratação de Empresa para prestação de Serviço de processamento de roupas de Serviço de saúde com locação de enxoval hospitalar e distribuição, envolvendo processamento de roupas de todas as etapas (coleta de roupa suja, lavagem, desinfecção, calandragem, pesagem, acondicionamento e transporte) para toda a rouparia do	40000	480000	R$ 3,99	R$159.600,00	**R$ 1.915.200,00**

	HULW, Conforme Termo de Referência					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, com início na data de 27/11/2019 e encerramento em 26/11/2020.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;

2.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O não atendimento dos aspectos avaliados no item 2.2 poderão ensejar a rescisão unilateral do contrato, nos moldes previstos na cláusula décima.

2.4. Após os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual, será negociada a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos, assim como readequados os custos relativos à provisão a título de aviso prévio, se for o caso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de R$ 159.600,00 (Cento e ciquenta mil, seiscentos reais), perfazendo o valor total de R$1.915.200,00 (Hum milhão, novecentos e quainze mil e duzentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.2015.8585.0025
Gestão/Unidade: 26443/155023
Fonte: 6153000300
Programa de Trabalho: 109661
Natureza de Despesa: 339039

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados por Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela contratada na Nota Fiscal, **dentro de (30) dias corridos**, após recebimento da referida Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

5.3. A CONTRATADA deverá apresentar a respetiva Nota Fiscal/Fatura juntamente com os documentos inerentes à sua regularidade jurídica e fiscal, em especial com a Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, ,Estadual, Municipal, do FGTS, do INSS e da Dívida Ativa da União.

5.4. As faturas deverão ser entregues ao Gestor do Contrato para a devida conferência e ateste e posterior encaminhamento ao Setor de Orçamento e Finanças o HULW/EBSERH.

5.5. A(s) Nota(s) Fiscal(is) ou Fatura(s) correspondente ao serviço realizado no mês, deverão ser entregues até o 5º dia útil, do mês subsequente.

5.6. A fatura deverá ser acompanhada de relatório contendo o total de quilos de roupa limpa e suja, por linha, acompanhado do respectivo detalhamento diário dos serviços prestados, devendo ser fornecida em arquivo eletrônico; além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais.

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-

se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.8. O HULW poderá reter os valores a serem pagos à CONTRATADA, quando esta não cumprir todas as exigências pactuadas, os encargos fiscais e trabalhistas, bem como descontar do pagamento os valores relativos às multas aplicadas.

5.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

I = Índice de Compensação Financeira = 0,00016438, assim apurado:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I= (TX/100)/365

TX= Porcentual da taxa anual de 6%

I=(6/100)/365

I=0,00016438

5.10. Antes de cada pagamento à contratada, o HULW realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

5.11. Se constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF e ou outro , a mesma será advertida por escrito, para que no prazo de 05(cinco) dias úteis regularize sua situação, ou no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual, podendo este prazo ser prorrogado à critério da Administração.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - acumulado no período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos *no Termo de Referência, anexo do Edital.*

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- **Obrigações da Contratante:**

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

8.1.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.1.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.1.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.11. Exigir, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto na IN 05/2017((alínea "d" do item 10.2 do Anexo VIII-B)

8.1.12. Realizar visitas técnicas à empresa CONTRATADA, durante a vigência do contrato sem prévio aviso, objetivando vistoriar as condições técnicas, devendo manter o nível de qualidade constatado na visita técnica;

8.1.13. Disponibilizar área para a retirada da roupa suja e entrega da roupa limpa, de acordo com a legislação vigente;

8.1.14. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados nos processamentos das roupas, a qualidade do processamento e integridade do enxoval;

8.1.15. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;

8.1.16. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso as informações necessárias à prestação dos serviços contratados, promovendo o bom entendimento entre

seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato;

8.1.17. Prestar aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito a natureza dos serviços que tenham a executar;

8.1.18. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.1.19. Ao CONTRATANTE, se reserva o direito de exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e nomeados por portaria, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o mesmo na forma prevista na IN SLT/MPOG Nº 05/2017;

8.1.20. Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS;

8.1.21. Monitorar e avaliar o PGRSS;

8.1.22. Disponibilizar rotinas de entrega das roupas limpas nos setores;

8.23. Efetuar pagamentos devidos, de acordo o estabelecido neste contrato;

8.1.24. Orientar a equipe de saúde para reduzir objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos e/ou aos equipamentos sejam deixados junto a roupa suja nos sacos de coleta utilizando-se para este fim do instrumento para acompanhamento da sua evolução.

8.1.25. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligência técnica às instalações da unidade de processamento de roupas da LICITANTE para fins de aplicação da Lista de Verificação constante do **Anexo "D"** deste Termo de Referência e consequente emissão de Parecer Técnico relativo à Contratação.

- **Obrigações da Contratada:**

8.2.1. A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato para assumir a execução do serviço;

8.2.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

8.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

8.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.10 .Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.2.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.2.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

8.2.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.2.15.Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

8.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.2.21. Visando a execução do objeto deste termo, a LICITANTE VENCEDORA se compromete a:

8.2.21.1. Fornecer roupa processada para uso imediato;

8.2.21.2. Fornecer inicialmente o enxoval hospitalar necessário ao abastecimento de roupas hospitalares da CONTRATANTE em conformidade com relação de enxoval de roupas descrito no Anexo A;

8.2.21.3. Fornecer, por sua conta e responsabilidade exclusiva, toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços contratados;

8.2.21.4. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.2.21.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.21.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os produtos químicos, materiais e equipamentos, em quantidade e qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.2.21.7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.2.21.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, nos Termos do Art. 63 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017.

8.2.21.9. Comunicar por escrito qualquer mudança, durante a vigência do contrato, nas condições exigidas para a prestação de serviço, ao Setor de Hotelaria Hospitalar do Hospital do Universitário Lauro Wanderley, que se reserva no direito de proceder a nova vistoria técnica para assegurar a qualidade do processo;

8.2.21.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

8.2.21.11. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

8.2.21.12. Apresentar cópia do manual de procedimentos da lavanderia, no ato da assinatura do contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:

8.2.21.12.1. Organograma da Empresa, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;

8.2.21.12.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos;

8.2.21.12.3. Descrição de barreira de contaminação entre área contaminada e a área limpa;

8.2.21.12.4. Fluxograma de roupa na lavanderia;

8.2.21.12.5. Descrição de uniformes;

8.2.21.12.6. Descrição de EPI`s;

8.2.21.12.7. Descrição dos procedimentos da empresa em relação à saúde dos seus funcionários, tais como: programa médico de prevenção, vacinação, orientação, tratamentos entre outros.

8.2.21.13. Apresentar conteúdo programático do programa de desenvolvimento de capacitação profissional;

8.2.21.14. Apresentar tempo aplicado ao processamento das roupas;

8.2.21.15. Apresentar descrição das rotinas de limpeza da lavanderia, dos veículos e dos carros limpeza ou do tipo gaiola, bem como a frequência com que ocorrerá o evento;

8.2.21.16. Apresentar descrição dos equipamentos utilizados para circulação das roupas nas dependências das unidades;

8.2.21.17. Apresentar descrição, passo a passo, dos processos de lavagem, para cada tipo de roupa e grau de sujidade;

8.2.21.18. Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos:

8.2.25.18.1. Teste da água de abastecimento da lavanderia;

8.2.25.18.2. Testes da durabilidade dos tecidos;

8.2.25.18.3. Testes de PH dos produtos

8.2.21.19. Manter profissionais devidamente qualificados para que possa viabilizar a construção de um mapa de risco e instaurar medidas eficazes de cunho preventivo, visando à proteção do trabalhador, visto a possibilidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais proporcionadas nesse ambiente;

8.2.21.20. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho, conforme preconiza a NR7 do Ministério do Trabalho e Emprego, que compõe Portaria nº3214 de 08/06/1978 e suas alterações;

8.2.21.21. Estabelecer Programas de Riscos Ambientais, conforme preconiza NR09 do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.2.21.22. Manter registro de segurança e saúde ocupacional, conforme preconiza a NR32, do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.2.21.23. Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza NR13, do Ministério do Trabalho;

8.2.21.24. Caberá a CONTRATADA a devolução de roupas e objetos, de propriedade do Hospital ou dos pacientes, que porventura forem misturados à roupa hospitalar;

8.2.21.25. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações, objeto da prestação de serviço;

8.2.21.26. Adquirir todo material de consumo que utilizará na execução dos serviços relativos aos serviços contratados;

8.2.21.27. Implantar de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;

8.2.21.28. Indicar um preposto para representa-la na execução do CONTRATO

8.2.21.29. Estabelecer um programa de controle das condições de higiene envolvendo processos e produtos como análise de amostras coletadas das mãos de manipuladores de roupas limpas, superfície que entram em contato com as roupas limpas durante seu acabamento e análise microbiológica do tecido submetido ao processo de lavagem, apresentando resultados/laudos ao CONTRATANTE, no prazo de 60 dias, quando solicitado pela contratante;

8.2.21.30. Observar as considerações específicas sobre o assunto, conforme descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA e suas atualizações, tais como:

8.2.21.30.1. O empregado que trabalha na área suja da lavanderia, deve utilizar equipamento de proteção Individual inclusive proteção auricular, ocular;

8.2.21.30.2. É indicado que os trabalhadores da área suja, ao término do trabalho, não saiam do local sem tomar banho e trocar roupa;

8.2.21.30.3. Na separação, as peças de roupa devem ser cuidadosamente abertas, puxando-as pelas pontas em apertar, para verificação e retirada de objetos estranhos como instrumentais, artigos perfuro-cortantes, de uso pessoal, tecidos humanos, entre outros. Além disso, devem ser manuseadas com o mínimo de agitação;

8.2.21.30.4. A frequente higienização das mãos do pessoal que manuseia roupa suja, é essencial para a prevenção de infecções;

8.2.21.30.5. A circulação do trabalhador entre a área limpa e a área suja deve ser proibida;

8.2.21.30.6. É recomendável a utilização de estrados e proteção para os pés ou sapatos na área de alimentação da calandra, para evitar que os lençóis e outras peças grandes entrem em contato com o piso;

8.2.21.30.7. A roupa limpa deve ser manuseada somente quando necessário e com prévia higienização das mãos;

8.2.21.30.8. A roupa limpa não deve ser transportada manualmente, pois poderá ser contaminada com micro-organismos presente nas mãos ou roupas profissionais;

8.2.21.30.9. Tanto na área limpa quanto na área suja, da lavanderia hospitalar, é obrigatório a instalação de lavatórios/pias;

8.2.21.30.10. Os trabalhadores da lavanderia hospitalar, devem receber orientações referentes ao modo de transmissão de doenças e controle de infecções.

8.2.21.31. Submeter a apreciação do CONTRATANTE, o resultado final do processamento, para a avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;

8.2.22. A CONTRATADA, deverá assumir sem ônus para o CONTRATANTE, a substituição e/ou reposição do enxoval hospitalar desgastado ou danificado em decorrência do tempo normal de uso;

8.2.23. A CONTRATADA deverá apresentar, trimestralmente, inventário do enxoval de roupas hospitalares assinado pelos funcionários responsáveis por sua realização, onde deve constar o quantitativo por tipo e tamanho de roupa e o comparativo das quantidades relativamente à relação inicial para apuração do quantitativo de evasão e destruição das roupas no período e seu respectivo valor de reembolso;

8.2.24. Visando coibir a evasão e o mau uso do enxoval, a CONTRATADA deverá, no prazo de 30 (trinta dias) apresentar medidas a serem implementadas, para avaliação da Contratante. A implementação dessas medidas serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus para contratante.

8.2.25. Ao final de cada trimestre de execução dos serviços, os funcionários da CONTRATADA, em conjunto com os da CONTRATANTE, realizará um novo inventário do enxoval, efetuando a contagem para o controle da evasão-extravio ou destruição por mau uso das roupas, objeto do fornecimento;

8.2.26. Em caso de extravio da roupa, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, por meios de inventários;

8.2.27. A cada realização de inventário, caso a evasão ultrapasse 10% (dez por cento) mês do enxoval, a CONTRATADA emitirá uma Nota Fiscal de Reposição das Roupas Fornecidas que ultrapassarem os 10%(dez por cento) que deverá ser paga juntamente com a Nota Fiscal de Serviços do mês da prestação

de serviços. *O preço de reposição das roupas será pago com base no valor* estimado das peças do enxoval constante no processo, realizado *pelo Setor de Hotelaria,* por ocasião da licitação. Deverá repor com materiais que tenham as mesmas características e/ou compatíveis.

8.2.28. A CONTRATADA, deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem, sempre que se fizer necessário e sem ônus para a CONTRATANTE;

8.2.29. Cumprir rigorosamente os prazos e especificações de execução do serviço previamente estabelecidos;

8.2.30. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.31. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da Legislação vigente;

8.2.32. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica), para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda roupa processada, de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;

8.2.33. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte par dar atendimentos a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;

8.2.34. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual EPIs. A CONTRATADA se obriga a observar o uso de uniforme e equipamento de proteção individual e coletivo em todos os seus trabalhadores, conforme normas legais. Os trabalhadores que atuam na área limpa, deverão utilizar obrigatoriamente touca para evitar queda de cabelos nas roupas limpas e não usar qualquer tipo de adereços (anel, colares, relógio ou pulseiras);

8.2.35. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados sem repasse de qualquer ônus à CONTRATANTE, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

8.2.36. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: balança, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

8.2.37. Designar por escrito, no ato da assinatura do Contrato, 01 (um) ou mais representantes, devidamente qualificados, conhecedor(es) dos serviços prestados pela CONTRATADA, para realizar visitas à CONTRATANTE, em companhia de profissionais responsáveis pelo Setor de Hotelaria

Hospitalar do Hospital Universitário Lauro Wanderley. As visitas para tratar de não conformidades nos serviços prestados, devem ocorrer semanalmente, em dia e horário a ser estipulado entre as partes;

8.2.38. Obedecer na execução e desenvolvimento do seu trabalho a toda legislação vigente e, em especial, às determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas alterações, além das normas e procedimentos internos do CONTRATANTE, das normas de Engenharia de Segurança, Meio Ambiente e Medicina do Trabalho, aplicáveis à execução específica da atividade apresentando, quando solicitado, cópia dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO e de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, de acordo com as normas Regulamentadoras nº 07 e 09, respectivamente da Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978. do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, conforme determina a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro 1977, portaria nº 485 de 11 de novembro 2005, do Ministério do trabalho e Emprego, que aprova norma reguladora nº 32 e instalando e mantendo os Serviços Especializados em Engenharia de segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, considerando o número total de trabalhadores nos serviços para o fiel cumprimento da legislação em vigor;

8.2.39. Fazer seguro dos seus trabalhadores contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

8.2.40. Cumprir a Legislação vigente para o controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;

8.2.41. Apresentar cópia da listagem de seus fornecedores, produtos e marcas utilizados, com as respectivas fichas técnicas, no ato da assinatura do Contrato e sempre que solicitado pela CONTRATANTE. Respeitar as normas aplicáveis quando da manipulação de produtos químicos utilizando produto na quantidade necessária à boa execução do objeto contratado e assumindo integral responsabilidade perante órgãos fiscalizadores. Observar conduta adequada na utilização de produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização de utensílios e das instalações, objeto das prestações de serviços. Utilizar somente produtos químicos registrados ou notificados pela ANVISA;

8.2.42. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da CONTRATANTE, ou de terceiros advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando a execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 horas(quarenta e oito) horas, as providências determinados pela CONTRATANTE, necessárias ao ressarcimento ou a reposição, conforme o caso sem prejuízo das demais sanções. Não cabe a CONTRATANTE qualquer responsabilidade por atos de negligência do pessoal da CONTRATADA, durante a carga horária de trabalho;

8.2.43. Submeter-se à fiscalização permanente da CONTRATADA, por parte dos executores do Contrato, designados pela CONTRATANTE, ficando reservado a CONTRATANTE o direito de visitas às dependências da CONTRATADA, para a supervisão sempre que achar necessário;

8.2.44. Efetuar o transporte da roupa limpa e suja em veículos separados. Devem estar devidamente identificados;

8.2.45. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos, decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social;

8.2.46. Fica a cargo da CONTRATADA, as despesas com a correta destinação dos resíduos sólidos e líquidos, gerados na execução da prestação dos serviços, segundo legislação vigente, sem ônus para a CONTRATANTE;

8.2.47. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo a nenhuma desta, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável a espécie.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.1.1 – Advertência;

9.1.2 – Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente:

9.3. As sanções previstas nos itens 20.1.1 e 20.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 9.2.1.2. devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

9.4. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

9.5. Multa de:

9.5.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.5.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.5.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.5.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

9.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

9.6.1. – Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.6.2. – Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.6.3. – Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6.4. – Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

9.6.5. – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.6.6. –Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

9.6.7. – Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
9.6.8. – Não mantiver a proposta;

9.6.9. – Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.6.10. – Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

9.7. A Ebserh deverá informar os dados relativos às sanções por ela aplicadas aos contratados de forma a manter atualizado o CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/13, bem como no SICAF – sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

9.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	01
Para os itens a seguir, deixar de:		

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115 e 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas *no Termo de Referência, anexo do Edital.*

10.2. Além dos motivos dispostos no rol exemplificativo constante do normativo supracitado, também configuram motivos para a rescisão contratual:

10.2.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, respeitado ainda o disposto no art. 78 da Lei nº 13.303/2016; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no *Edital e no Contrato* ou previamente autorizadas pela CONTRATANTE;

10.2.2. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

10.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato;

10.2.4. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença; e

10.2.5. A caução ou utilização, por parte da CONTRATADA, deste Contrato para qualquer operação financeira.

10.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo

administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

10.4. A rescisão por ato unilateral poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

10.4.1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

10.4.2. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

10.5. Dada a natureza do contrato, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a rescisão unilateral só poderá produzir efeitos depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos, ou desde que assegurada indenização dos prejuízos decorrentes.

10.6. Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta com antecedência mínima de *3 (três) meses* da data em que se pretende cessar a execução do objeto.

10.6.1. O abandono da execução contratual configura motivo para imediata rescisão unilateral.

10.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 104 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

11.2. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:

11.2.1. descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;

11.2.2. descrição detalhada da proposta de alteração;

11.2.3. justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;

11.2.4. detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato;

11.2.5. concordância das partes, por escrito, em relação às alterações propostas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será permitida a subcontratação do objeto ou parte dele.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANTINEPOSTISMO

13.1. É vedada à CONTRATADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para prestação de serviços de pessoas que apresentem relação de parentesco com agente público exercente de cargo em comissão ou função de confiança ligado a EBSERH, nos termos do que estabelece o art.7º, do Decreto nº 7.203/10.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Em atenção ao princípio da publicidade, incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. é facultada a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.

17.1.2. a CONTRATANTE, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo

critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

17.1.3. em razão de eventuais alterações estruturais da CONTRATANTE, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CONTRATADA será notificada para promover as mudanças necessárias;

17.1.4. é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

17.1.5. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa- Paraíba - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Pessoa, 27 de novembro de 2019.

DRA. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA
Superintendente - HULW/EBSERH

DR. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA
Gerente Administrativo - HULW/EBSERH

SR. GILBERTO BEZERRA DA SILVA
Representante da Contratada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

EXTRATO DO CONTRATO

NÚMERO: 42/2019

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - CNPJ/MF N.º 15.126.437/0017-00

CONTRATADA: HOSP LAVER LAVANDERIA E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ Nº Nº 02.515.391/0001-02

OBJETO: . O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇO DE SAÚDE, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA COM LOCAÇÃODE ENXOVAL, COLETA DA ROUPA SUJA E DISTRIBUIÇÃO DE ROUPAS LIMPAS EM TODOS OS SETORES DO HULW

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 16/2019/HULW - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23539.000934/2018-14.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.2015.8585.0025
GESTÃO/UNIDADE: 26443/155023
FONTE: 6153000300
PROGRAMA DE TRABALHO: 109661
NATUREZA DE DESPESA: 339039

DATA DE ASSINATURA: 27/11/2019

SIGNATÁRIOS: DRA. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA - SUPERINTENDENTE - HULW/EBSERH, DR. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA - GERENTE ADMINISTRATIVO - HULW/EBSERH E SR. GILBERTO BEZERRA DA SILVA – REPRESENTANTE DA EMPRESA

JOÃO PESSOA, 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

DRA. FLÁVIA CRISTINA FERNANDES PIMENTA
SUPERINTENDENTE - HULW/EBSERH